



275
OK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação nº. 0307619-3 (NPU nº. 0008304-72.2011.8.17.0480)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Rutênio Araújo

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMÁTICO. DEFICIENTE FÍSICO. ESPONDILITE ANQUILOSANTE. CONCESSÃO ABRAGENTE A VEÍCULO DE FABRICAÇÃO ESTRANGEIRA. VEDAÇÃO DA QUANTIDADE DE CILINDRADAS APENAS POR LEGISLAÇÃO SUPERVENIENTE. RECURSO DESPROVIDO.

1. No presente caso, o recorrido é deficiente físico, portador de espondilite anquilosante com sequela definitiva, conforme Laudo de Avaliação expedido pelo CETRAN – Conselho Estadual de Trânsito, ostentando, dessa forma, direito à isenção de IPVA na compra de veículo automático.
2. O agravado adquiriu veículo automático em 11/02/2011, quando não mais vigente a redação anterior do inciso VII da Lei nº. 10.849/1992 que determinava a concessão da isenção fiscal de IPVA apenas para veículos de fabricação nacional.
3. A partir de janeiro de 2012, foi alterada a Lei 10.849/2011 para prever que a isenção em comento somente será concedida quando da aquisição de veículos de até 2.000 cilindradas. Consta dos autos que o automóvel comprado possuía 2.982 cilindradas, todavia fora adquirido antes da vigência de mencionada regra restritiva, de modo a ser cabível a isenção tributária em favor do agravado.
4. Recurso desprovido, para manter a decisão terminativa vergastada.



276
D

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo na Apelação nº. 0307619-3, sendo partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo Legal e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto



277
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação nº 0307619-3 (NPU nº. 0008304-72.2011.8.17.0480)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Rutênio Araújo

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão terminativa proferida na Apelação nº 0307619-3, que negou provimento ao apelo, mantendo a sentença proferida pelo juízo *a quo* para conceder ao agravado isenção fiscal do IPVA na aquisição de veículo automático.

O autor propôs a demanda originária requerendo a concessão de isenção fiscal do IPVA para aquisição de veículo automático, devido à sua invalidez permanente.

O Juízo da 1ª Vara Privativa da Fazenda Pública da Comarca de Caruaru, em sede de sentença, julgou procedentes os pedidos iniciais, para declarar a isenção fiscal pleiteada (fls. 181/182-v).

O Estado de Pernambuco interpôs Apelação (fls. 185/193), requerendo o conhecimento preliminar do recurso de agravo retido. No mérito, alegou que o demandante adquiriu veículo de fabricação estrangeira, e a lei vigente à época só concedia isenção para veículos de fabricação nacional. Alegou, ainda, que a isenção não abarca veículos com mais de 2000 cilindradas, e o veículo que foi adquirido pelo autor tem 2982 cilindradas. Pugnou também pela diminuição do *quantum* fixado a título de honorários advocatícios.



278
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Através da decisão de fls. 251/259, foi negado provimento ao recurso de apelação com fulcro em permissão contida no art. 557, *caput*, do CPC.

Inconformado, o Estado de Pernambuco interpôs o presente recurso de agravo (fls. 264/267), renovando as argumentações despedidas nas razões da apelação.

É, em suma, o que importa relatar.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto



279
E

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação nº. 0307619-3 (NPU nº. 0008304-72.2011.8.17.0480)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Rutênio Araújo

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

No presente caso, o recorrido é deficiente físico, portador de espondilite anquilosante com seqüela definitiva, tendo acostado aos autos Laudo de Avaliação expedido pelo CETRAN – Conselho Estadual de Trânsito, o qual atesta que: *“o paciente é portador de espondilite anquilosante com sacro-ileite bilateral, apresenta diminuição da amplitude de movimento da coluna lombo-sacra com diminuição da força dos membros inferiores, acarretando comprometimento da função física sob a forma de HEMIPARESIA. Seqüela definitiva. Parecer: apto a dirigir veículo automático”*.

A legislação estadual prevê a isenção de IPVA aos portadores de deficiência física.

A Lei Estadual nº. 10.849/1992 assim trata da sua isenção:

Art. 5o. É isento do IPVA a propriedade de:

VII - veículo de propriedade de pessoa com deficiência física, bem como, a partir de 1º de janeiro de 2004, visual, mental severa ou profunda, ou autista, ou cuja posse a mencionada pessoa detenha em decorrência de contrato de arrendamento mercantil - leasing, observando-se: (Redação alterada pelo art.1º da Lei nº 14.503, de 7 de dezembro de 2011, a partir de 1º/01/2012.)



280
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

O autor adquiriu o veículo em 11/02/2011 (fls. 18), quando não mais vigente a redação anterior do inciso VII da Lei nº. 10.849/1992 que determinava a concessão da isenção fiscal de IPVA apenas para veículos de fabricação nacional.

Assim, esvazia-se o argumento do Estado de Pernambuco de que a isenção não pode ser concedida, pois o veículo adquirido é de fabricação estrangeira.

Alega o recorrente, ainda, que a legislação autoriza a isenção para veículos de até 2000 cilindradas e que o veículo adquirido (TOYOTA HILUX) possui 2982 cilindradas, o que retiraria o direito à isenção pleiteada.

Vejamos o que dispõe a Lei nº. 10.849/1992:

Art. 5º. (...)

VII – (...)

d) a partir de 1º de janeiro de 2012, a isenção alcança somente os veículos com motor de cilindrada até 2.000 cm³ (dois mil centímetros cúbicos) - 2.0 l; (Acrescida pelo art.1º da Lei nº 14.503, de 7 de dezembro de 2011, a partir de 1º/01/2012.)

O que se depreende da leitura colacionada acima, é que a proibição de isenção para veículos de mais de 2000 cilindradas, como é o caso dos autos, só alcança os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/2012, sendo que, no presente caso, o automóvel foi adquirido em 11/02/2011, quando o supracitado dispositivo ainda não estava em vigor.

Desta forma, esvazia-se o outro argumento do recorrente para a não concessão da isenção perseguida, pois a legislação vigente à época da aquisição do veículo automotor não restringe a isenção aos veículos de fabricação nacional e nem àqueles com menos de 2000 cilindradas.



JSB

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

A Jurisprudência desta Corte de Justiça é uníssona no sentido de que tem direito à isenção de, na compra de veículos automotores adaptados às suas necessidades, a pessoa portadora de deficiência física:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DETRAN. RENOVAÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - CNH. PORTADORA DE MONOPARESIA. BENEFÍCIOS FISCAIS. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Consta dos autos que a agravante foi submetida a uma mastectomia radical direita com esvaziamento axilar - já declarada inclusive pelo laudo de avaliação emitido pelo INSS para fins de isenção do IPI - que atesta ter a agravante esvaziamento axilar, causando-lhe limitação e déficit de movimentos no braço direito, bem como monoparesia 2. A agravante foi declarada, inclusive por laudos emitidos por órgãos públicos, portadora de monoparesia, coadunando com o laudo anterior do Detran e, por conseguinte goza de isenção do imposto de renda, além do IPI na aquisição de veículo automático e de seu ICMS, não sendo razoável, portanto, retirar-lhe a isenção apenas no âmbito estadual. 3. Agravo de instrumento provido por unanimidade. (363808820118170001 PE 0014550-69.2011.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 26/01/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 26)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DETRAN. PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO. POSSIBILIDADE. AGRAVO INSTRUMENTAL PROVIDO. 1. A agravante apresentou diagnóstico de neoplasia maligna na mama esquerda tendo se submetido à cirurgia de mastectomia total da referida mama, inclusive, com retirada dos gânglios linfáticos axilares, conforme declaração médica de fls. 29, causando-lhe seqüelas permanentes e irreversíveis. 2. Os pacientes submetidos à linfadenectomia axilar devem ter cuidados profiláticos intensivos para evitar o linfodema. 3. Enquadramento da agravante, ao menos aparentemente, como portadora de deficiência física para fins de isenção do ICMS e IPVA na aquisição de veículo automotor adaptado. 4. Inexistência do risco de irreversibilidade do provimento antecipado, posto que nada impede que a autoridade fazendária realize o lançamento das diferenças dos impostos não pagos, caso se comprove mais adiante que a agravante não preencha os requisitos legais para a percepção da isenção perseguida. 5. Agravo de instrumento unanimemente provido. (538879620108170001 PE 0019405-28.2010.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 24/03/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 62/2011)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DETRAN. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE. 1. A agravada, portadora de MONOPARESIA decorrente de mastectomia realizada para o tratamento de uma neoplasia, ajuizou a ação originária objetivando fazer jus aos benefícios fiscais de isenção do IPI, ICMS e IPVA, em razão de sua condição de



282
R

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

portadora de deficiência física, tudo nos termos dos comandos insculpidos no art. 1º, IV, da Lei Federal nº 8.989/95 e na Lei Estadual nº 10.849/92. 1º IV 8.9892. A cirurgia a qual fora submetida a recorrente encontra-se devidamente atestada conforme documento constante às fls. 33 e devidamente corroborada pelas demais provas acostadas. Cuidou ainda a agravante, de anexar relatório fisioterapêutico, onde consta o seguinte: "...Devido a linfadenectomia axilar, a mesma foi orientada sobre os cuidados que deveria ter com o membro homolateral a cirurgia para prevenir o linfedema, dentre os cuidados temos os seguintes: fazer a auto-massagem e os exercícios diariamente, evitar queimaduras, evitar movimentos repetitivos, não carregar peso...". 3. Com a produção de todo acervo probante produzido pela recorrida, mesmo tratando-se de prova produzida unilateralmente, não há como se descuidar deste, inclusive, porque se contrapõem ao ato produzido pela Junta Médica do Detran, que por sua vez, tem presunção de legitimidade, e por assim ser, tem por consequência a transferência do ônus probatório para a administrada. Se esta não elide a presunção, provando que a Administração Pública agiu ao arrepio da lei, prevalece a validade e a eficácia do Laudo Oficial. 4. Assim, a verossimilhança das alegações se configura na necessidade de se garantir às pessoas portadoras de doenças irreversíveis uma vida com o mínimo de dignidade; a prova inequívoca encontra-se substanciada nos laudos e exames acostados, e ainda, resta presente o inexistência do risco de irreversibilidade do provimento antecipado, posto que nada impede que a autoridade fazendária realize o lançamento das diferenças dos impostos não pagos, caso se comprove mais adiante que a agravante não preencha os requisitos legais para a percepção da isenção perseguida. 5. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao Agravo Regimental. (200407 PE 02004073, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 12/11/2009, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 116)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEL POR PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA/MOTORA. MONOPARESIA. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DEDUZIDAS PERANTE O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Na origem, a parte autora (ora agravada) pleiteou perante o Juízo a quo - no que restou atendida - a concessão de provimento liminar que lhe assegurasse a obtenção, junto ao DETRAN/PE, de Carteira Nacional de Habilitação com anotação de "veículo automático", "nos termos da lei que isenta [a] mesma dos impostos previstos, bem [como] a inclusão no sistema do DETRAN que a mesma é possuidora de isenção por motivo de doença" (cf. cópia à fl. 42), posto que "Apresenta linfedema pós-mastectomia em membro superior à direita (...) e transtorno do plexo braquial (...), o que acarreta déficit de força motora" (cf. cópia à fl. 11). 2. In casu, a autora desincumbiu-se, suficientemente, de demonstrar a verossimilhança de suas alegações, apresentando, nessa direção, atestados médicos particulares (cf. cópias às fls. 51 e 54), bem assim laudo de avaliação de deficiência física emitido pelo próprio DETRAN/PE (cf. cópia à fl. 45), cujas conclusões indicam hipótese de deficiência de força motora ocasionada pela realização de tratamento contra câncer de mama. 3. Registre-se que a nota da definitividade da sequela identificada no laudo oficial elaborado, em 24/12/2007, pelo próprio



283
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

DETRAN/PE consubstancia evidência que milita a favor da argumentação articulada pela parte autora na petição inicial. 4. Ademais, observe-se que este egrégio Tribunal (por intermédio de suas duas Câmaras de Direito Público) tem se posicionado no sentido de reconhecer, diante de hipóteses similares à subjacente a este Agravo, a plausibilidade jurídica dos argumentos deduzidos em Juízo por pessoas portadoras de deficiências equivalentes, tendo presentes, outrossim, os princípios da razoabilidade, da dignidade da pessoa humana e da proteção à saúde. Precedentes citados. 5. Agravo improvido. (1363381820098170001 PE 0002150-57.2010.8.17.0000, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 01/12/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 228/2011)

DIREITO ADMINISTRATIVO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR ADAPTADO. ISENÇÃO DO ICMS E DO IPI. OBTENÇÃO DE LAUDO PERICIAL. DEFICIÊNCIA. MASTECTOMIA BILATERAL COM ESVAZIAMENTO AXILAR. REDUÇÃO DA FORÇA MUSCULAR. MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA. REVERSIBILIDADE DA MEDIDA. LAUDO. ATO ADMINISTRATIVO VINCULADO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Versa a lide em apreço acerca do benefício de aquisição de veículo automotor adaptado ao motorista portador de deficiência física com isenção do ICMS e do IPI. O cerne da demanda está no fato do laudo de perícia médica fornecido pelo DETRAN-PE em setembro de 2010, (fl. 28), contrariamente a anterior laudo, expedido em 2007 (fl. 23), afirmar que a agravada não necessita de adaptação veicular, sob alegação da ausência de linfedema e da preservação da força, malgrado constatar que a ora agravada submeteu-se a mastectomia bilateral com esvaziamento axilar. 2. Diversamente do que alega o DETRAN, a agravada, ao impetrar o mandado de segurança originário, não o fez objetivando que o Diretor daquela Autarquia reconhecesse, em seu favor, o benefício da isenção de ICMS e de IPI na aquisição de um novo veículo adaptado, mas sim que fosse expedido laudo de perícia médica que reconhecesse a deficiência física por ela alegada, discriminando as características específicas necessárias a que ela pudesse conduzir um veículo, nos moldes do inciso I do § 3º da Cláusula Primeira do Convênio ICMS 03/07, in literis: "§ 3º A isenção de que trata esta cláusula será previamente reconhecida pelo fisco da unidade federada onde estiver domiciliado o interessado, mediante requerimento instruído com: I - laudo de perícia médica fornecido pelo Departamento de Trânsito do Estado - DETRAN, onde estiver domiciliado o interessado, que: a) especifique o tipo de deficiência física; b) discrimine as características específicas necessárias para que o motorista portador de deficiência física possa dirigir o veículo; (...)". 3. Infere da literalidade do pedido da exordial do mandamus, in verbis: "Pelo exposto, vem requerer a V. Exa: (...) III - a concessão "in limine" a segurança no sentido de assegurar à impetrante o direito de aquisição de veículo com direção hidráulica e câmbio automático, com todas as isenções previstas para portador de deficiência física, já reconhecida em laudo anterior pelo DETRAN/PE, inclusive constante de sua Carteira de Habilitação nacional, em virtude da possibilidade de ocorrerem danos irreparáveis à impetrante, caso a autoridade coatora não reveja o equívoco cometido quando da realização do laudo médico necessário para assegurar as isenções



284
✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

fiscais, no âmbito Federal e Estadual, apesar de já ter fornecido um laudo em 2007 e a médica vinculada ao Sistema Único de Saúde confirmar a necessidade; (...) III - seja o presente MS julgado PROCEDENTE, para no final concedida a segurança, confirmando por sentença o direito da impetrante de aquisição de veículo adaptado, levando em consideração sua necessidade física.(...).". De fato, a ora agravada aponta como ato coator do DETRAN-PE a expedição de laudo que não a reconhece como deficiente física para fins de aquisição de veículo com direção hidráulica e cambio automático com redução de preço por força de isenções fiscais a serem obtidas no âmbito Federal e Estadual. 4. Cumpre notar, inclusive, que no corpo da exordial, a impetrante/recorrida ao expor os fatos e fundamentos do seu direito, fá-lo sustentando sua deficiência física e total incapacidade para conduzir veículos comuns, afirmando seu direito à obtenção de laudo que reconheça tal fato, tal como já constatado em anterior laudo expedido no ano de 2007, o que irá lhe autorizar a aquisição de um novo veículo automotor adaptado, em atendimento aos ditames da Lei nº 10.690/2003. 5. A impetrante/agravada almeja que o DETRAN/PE lhe forneça laudo de perícia médica que reconheça a deficiência física por ela alegada, discriminando a sua necessidade de conduzir veículo com direção hidráulica e câmbio automático, a fim de que ela, de posse desse documento, requeira as isenções fiscais previstas em lei. Diante dessa constatação, entendo inconsistente a alegação do agravante acerca da "incompetência absoluta da Justiça Estadual em apreciar a lide em tela, haja vista o interesse da Fazenda nacional na concessão de isenção para aquisição de veículos adaptados, que consiste na isenção conjunta do IPI e do IPVA", bem assim da "ilegitimidade passiva da autoridade coatora apontada no writ, o Diretor do DETRAN/PE". 6. Já tive oportunidade de proferir decisão em que não vislumbrei presença de requisitos autorizadores, pelo fato de que a demandante, sem que nunca tivesse obtido o benefício fiscal pretendido, ajuizou ação buscando fazer prevalecer o seu direito baseado em laudos particulares, requerendo ao Judiciário, liminarmente, que determine emissão de laudo pericial, em substituição ao laudo emitido pela autarquia, cujo conteúdo foi contrário à concessão da isenção fiscal pretendida. Naquela ocasião, consignei que não poderia o Judiciário determinar à equipe médica do Detran atestasse enfermidade diversa do seu convencimento, sob pena de adentrar no mérito administrativo. A análise da documentação acostada aos presentes autos, contudo, leva-me a percorrer caminho diverso. Isso porque, a agravada, em ocasião anterior, teve seu pedido deferido pela Autarquia Agravante. 7. Em que pese uma aparente invasão do Poder Judiciário na esfera administrativa, tal não ocorre. Isso porque, para a concessão da isenção tributária perseguida, o legislador determinou a expedição de laudo médico, sem o qual não pode a demandante garantir o direito perseguido. Portanto, tenho o fornecimento do laudo como requisito indispensável do ato administrativo vinculado, e, quando ausente, obsta a concretização do direito perseguido, porquanto a Lei 8.989/95, ao admitir a isenção aos portadores de necessidades especiais, vinculou sua concessão ao preenchimento de alguns requisitos regulamentados através de Instrução Normativa, da lavra da Secretaria da Receita Federal do Brasil, cujo teor diz o seguinte: "Instrução Normativa RFB nº 988, de 22 de dezembro de 2009. (...) Art. 3º Para habilitar-se à fruição da isenção, a pessoa portadora de deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou o autista deverá apresentar,



285
BZ

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

diretamente ou por intermédio de seu representante legal, requerimento conforme modelo constante do Anexo I, acompanhado dos documentos a seguir relacionados, à unidade da Secretaria da Receita Federal (SRF) de sua jurisdição, dirigido ao Delegado da Delegacia da Receita Federal (DRF) ou ao Delegado da Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária (Derat), competente para deferir o pleito: § 6º Para efeito do disposto no inciso I do caput, poderá ser considerado, para fins de comprovação da deficiência, laudo de avaliação obtido: I - no Departamento de Trânsito (Detran) ou em suas clínicas credenciadas, desde que contenha todas as informações constantes dos Anexos IX, X ou XI desta Instrução Normativa. 8. No que se refere à constatação da deficiência da qual a agravada se diz portadora, com vistas à obtenção do aludido benefício, tem-se dos autos que ela foi submetida a mastectomia em ambos os lados, com esvaziamento ganglionar, o que, a teor do primeiro laudo médico expedido pelo DETRAN-PE (fl. 23), assim como da declaração subscrita por médica-cirurgiã vascular (fl. 25) e do laudo da fisioterapeuta (fls. 26/27) que a acompanha, ensejou a formação de linfedema bilateral, o que implica redução da força muscular, dores e distúrbios posturais. Ressalte-se que, ao expedir o primeiro laudo, a equipe médica do DETRAN-PE, responsável pela perícia, afirmou que as seqüelas adquiridas pela ora agravada em decorrência da mastectomia a que tinha se submetido eram definitivas, continuidade esta constatada pelo laudo expedido por fisioterapeuta que acompanha o quadro clínico da recorrida, segundo a qual os linfedemas apresentados pela recorrida ainda persistem e se encontram na fase II no membro superior direito, na fase I no membro superior esquerdo e em desenvolvimento a nível do terço distal em ambos os antebraços, sendo explicitada, ademais, a necessidade de que pacientes que apresentem diagnósticos e seqüelas dessa ordem dirijam veículos com adaptações, a fim de se reduzir a força muscular empregada e movimentos repetitivos, objetivando-se a prevenção de danos e mais deformidades, promovendo maior qualidade de vida ao paciente. 9. A inexistência do risco de irreversibilidade do provimento liminar deferido pelo Magistrado a quo, porquanto, acaso, após julgamento definitivo, constate-se que razão assiste ao DETRAN-PE, o laudo expedido favoravelmente à demandada poderá ser revogado, retornando a situação ao status quo ante. Nesse sentido, é farta a jurisprudência desta Corte. 10. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente agravo de instrumento. (685609420108170001 PE 0000503-90.2011.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 06/09/2011, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 170/2011)

Por fim, pugna o Estado de Pernambuco pela diminuição do *quantum* fixado a título de honorários advocatícios.

Entendo, entretanto, que o valor de 10% (dez por cento) do valor da causa fixado atende aos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade e aos comandos do art. 20 do Código de Processo Civil, tendo em vista a presteza do trabalho do advogado do demandante.



286
D

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Feitas estas considerações, voto pelo conhecimento do presente agravo para **negar-lhe provimento**, mantendo incólume a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto